

MATO GROSSO: A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO CELEIRO DO BRASIL

Mato Grosso: construction of a territory barn of Brazil

Mato Grosso : la construcción de un territorio granero del Brasil

Ana Letícia de Oliveira
Instituto Federal Farroupilha - Campus Santo Augusto
analeticia_geo@yahoo.com.br

Denise Peralta Lemes
Colégio Militar de Santa Maria e Universidade Federal de Santa Maria
deniseperaltalemes@yahoo.com.br

Resumo

Como ciência, a Geografia incorporou paradigmas, métodos e conceituações presentes em cada momento do contexto histórico, político e social em que esteve inserida. Dessa forma, nos últimos anos tem se dedicado ampla, mas não exclusivamente, às discussões de território com seus conceitos e aplicações. Isso porque, vivencia-se hoje uma realidade em que, cada vez mais, se estabelecem relações de poder, domínio e conflitos de interesse sobre dadas porções do Território. Não diferente ocorre no Mato Grosso, estado em destaque no cenário nacional por constituir-se como o “Celeiro do Brasil” e o principal produtor agropecuário do país. Isso faz com que hoje, assim como grande parte de sua história esteja sendo alvo de disputas de domínio político, econômico e social. A partir desse entendimento, pretende-se aqui realizar uma reflexão teórica sobre o território e uma discussão histórico-dialética sobre a formação e dinâmica do estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: território; Mato Grosso; dinâmica territorial.

Abstract

As a science, Geography has incorporated paradigms, methods and concepts present in every moment of the historical, political and social context in which it was inserted. Thus, in recent years it has been devoted extensively, but not exclusively to the discussions of territory with its concepts and applications. This is because it is experienced today a reality in which, more and more relations of power, domain and conflicts of interests are established on given portions of the Territory. Not unlikely, occurs in Mato Grosso, a highlighted State on the national scenario for being constituted as “Barn of Brazil” for it be the leading agricultural producer in the country. This makes it today, as much of its history is being targeted by political, economic and social disputes. Based on this understanding, it is aimed here to do a theoretical reflection on the territory and a historical-dialectical discussion on the formation and dynamics of the State of Mato Grosso.

Keywords: territory; Mato Grosso; territorial dynamics.

Resumen

Como ciencia, la geografía ha incorporado paradigmas, métodos y conceptos presentes en cada momento del contexto histórico, político y social en que estuvo inserida. Por lo tanto, en los últimos años se ha dedicado amplia, pero no exclusivamente, a las discusiones de territorio con sus

conceptos y aplicaciones. Esto es porque si experimenta hoy una realidad en la cual, las relaciones cada vez más, están consolidadas de poder, dominación y conflicto de intereses en partes determinadas del territorio. No diferente sucede en Mato Grosso, que aparece en la escena nacional como un destaque, por constituirse como el "granero del Brasil" por ser el principal productor agrícola en el país. Esto hace que hoy en día, como parte de su historia esté siendo alvo de disputas de dominios políticos, económicos y sociales. Sobre la base de este entendimiento, se pretende aquí realizar una reflexión teórica sobre el territorio y una discusión dialéctica histórica de la formación y la dinámica de Mato Grosso.

Palabras clave: territorio; Mato Grosso; dinámica territoriales.

Introdução

Nos últimos anos, têm sido ampliadas e intensificadas as discussões sobre as relações de poder e suas implicações sobre o território. Isso porque estas relações estão cada vez mais atuantes sobre a organização do espaço, fazendo com que surja a necessidade da busca por conceitos que possam explicar tais fenômenos da maneira mais completa e eficiente possível.

O conceito de território, surgido na Geografia Tradicional através de uma geografia política clássica, era entendido por seus atributos físico naturais. Hoje apresenta uma visão mais crítica e complexa influenciada por postulados pós-modernos na compreensão da realidade social, política e econômica, definindo-se a partir das relações de poder, domínio e apropriação do espaço em diversas escalas de análise, tanto espaciais como temporais. Assim, permite o reconhecimento de uma multiplicidade de territórios, sejam aqueles formais e instituídos ou mesmo aqueles tradicionalmente marginalizados e pouco reconhecidos.

O Estado de Mato Grosso (Figura 01) é considerado hoje o "Celeiro do Brasil"¹, que pode vir a ser definido como a porção territorial de onde provém a maior parte dos produtos agropecuários produzidos no país, destinando-se principalmente ao mercado externo. Sua condição atual, não é decorrente apenas de influências recentes, mas sim de toda sua construção histórica que influenciou tanto sua configuração territorial e evolução do espaço, como na constituição de sua população, bases políticas e estruturas econômicas.

A partir de então, busca-se aqui realizar a compreensão da organização espaço-territorial do estado de Mato Grosso, através de uma discussão teórica sobre o território e o entendimento de relações de poder e interferência sobre a apropriação do espaço. Ainda, busca-se reconhecer esse conceito e suas variantes para o entendimento da realidade existente no estado em estudo.

¹ Vários são os estudos e textos publicados que se referem ao Mato Grosso através da expressão "celeiro" e para todos eles o sentido dado é o mesmo: um centro de referência quanto à produção agropecuária, seja em termos de quantidade ou qualidade, voltando-se principalmente à grande demanda do mercado externo ou de agroindústrias nacional. Ainda, contempla a adoção de novas tecnologias para a produção e a expansão da fronteira agrícola. Entre os quais lê-se: ABREU, Silvana de. Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço mato-grossense. Terra Livre. São Paulo. Ano 19, v.2,n.21. p.169-181. Jul/dez.2003.

Para isso, propõem-se aqui a utilização de uma perspectiva histórico-dialética, considerada uma das mais condizentes e completas a ser aplicada nas ciências sociais, buscando compreender a organização do Mato Grosso a partir de seus aspectos e atores espaciais e territoriais ao longo dos anos. Dessa forma, busca-se desenvolver uma reflexão a partir de estudos teórico-bibliográficos da temática proposta, além de levantamentos empíricos e documentais da realidade em estudo.

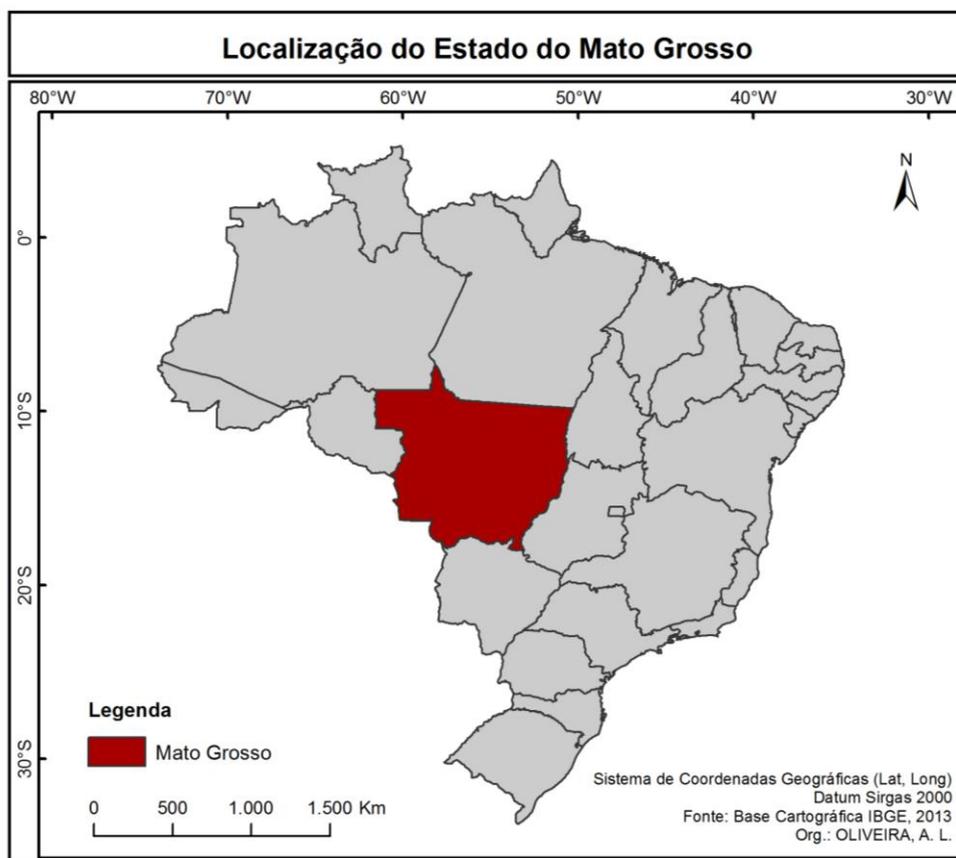


Figura 01: Localização do Estado de Mato Grosso.
Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2013.

O território como paradigma em discussão

O poder e o território são, há muito tempo, discutidos em diversos meios acadêmicos e políticos. As ciências políticas, a filosofia, a história, a antropologia e outros, realizam suas reflexões de acordo com suas necessidades e seus objetivos particulares.

Hoje, as discussões sobre o território, suas bases conceituais e suas temáticas específicas estão novamente em foco na Geografia de forma contínua e inacabada, construindo e reconstruindo-se. Isso se dá em decorrência ao contexto atual, onde as relações de poder estão cada vez mais em evidência e apresentando-se mais e mais complexas. Um contexto onde cada indivíduo, grupo ou organização disputa um espaço a ser dominado e um território a ser constituído.

Igualmente, os estudos acerca do território tornam-se mais complexos e buscam abarcar as mais distintas realidades das relações de poder. Com isso, dá-se origem à uma ampla gama de

vertentes e temas para o estudo e análise do território e territorialidades na contemporaneidade. Dentre esses, reconhece-se aqui a relevância do entendimento de um território político e econômico, configurado a partir de uma construção, estruturação e apropriação espacial (SANTOS, 2002).

Conforme Fuini (2015) o conceito de território (ou categoria) busca explicar os processos de apropriação, domínio e uso do espaço pela sociedade. Isso se dá pelos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, que definem o movimento de apropriação e identificação do espaço. Assim, na pós-modernidade é possível ver o território e o espaço como conceitos intimamente relacionados ou mesmo como sinônimo de apropriação, uma vez que as relações existentes ocorrem tanto no espaço social como no espaço natural.

Já na concepção de Raffestin (1993) o território pode ser compreendido como um espaço (ou uma reprodução a partir do espaço) onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que revela relações marcadas pelo poder. Como lembrado ainda por Lopes de Souza (1995), Raffestin atem-se a uma visão do território como um espaço social, por vezes, deixando ao espaço apenas o sentido de espaço social, o que acaba gerando um mal-estar ao entendimento do território como uma apropriação, integração e complexidade de um espaço natural e social, tão defendido na Geografia Pós-moderna.

Para Gottmann (2012, p.523), o território pode ser considerado como a “conexão ideal entre espaço e política”. Isso porque “a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política”. Estaria relacionado ao entendimento de ser uma parcela do espaço geográfico concreto e acessível às atividades humanas, diversificado e organizado.

Por fim, reflete-se aqui sobre as concepções de Lopes de Souza (1995, p.79) acerca do território onde o autor lembra a preocupação com o poder e domínio que ocorre nesse. Principalmente ao levar em consideração “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?”.

Os territórios, apesar de comumente entendidos pela ótica do Estado-Nação, com limites bem delineados, não necessariamente precisam ter delimitações imutáveis. Pelo contrário, podem ser flutuantes e móveis, expandir-se e retrair-se, ou ainda, múltiplos territórios podem coexistir de forma pacífica e complementar ou conflitar-se. E isso tudo poderá ser identificado com particularidades, através de cada caso específico a ser estudado.

Quando observamos a realidade brasileira, observamos um território em constante transformação e disputa entre os múltiplos interessados em seu domínio. Os interesses sob essa porção do espaço, como um todo ou em cada uma de suas porções individualizadas, estiveram, e ainda o são, compatíveis com todo contexto político, econômico e histórico em que estão inseridos.

O território de Mato Grosso

A formação territorial do Brasil se constituiu de maneira complexa, através de um sistema colonialista que deixou profundas cicatrizes encravadas. Não apenas nas bases físicas do território, mas também em sua base econômica e política e em suas estruturas sociais (MORAES, 2002).

Essas considerações podem ser observadas nos estudos de autores que discutem a formação territorial no Brasil sobre os mais diversos aspectos e teorias políticas e econômicas. No entanto, predominam entre eles o reconhecimento de um Brasil formado para o atendimento das demandas da metrópole colonizadora (e posteriormente mercado externo), das grandes propriedades rurais estruturadas sob bases do latifúndio e ainda, sobre a utilização, de mão-de-obra escrava.

Independente dessas discussões se reconhece que as características de ocupação territorial hoje são resquícios, senão cicatrizes, das bases estabelecidas no sistema colonial. A concentração de terras e renda, bem como uma matriz produtiva baseada na monocultura exportadora pode ser visualizada em praticamente todo o território nacional e dá-se aqui destaque ao seu principal estado produtor de agropecuários hoje, o Mato Grosso. Para tal compreensão é necessário o reconhecimento de sua formação ao longo da história, bem como o entendimento de como se deu a formação e transformação territorial do estado.

A partir do entendimento de Raffestin (1993) de que o território é um espaço onde se projeta o trabalho, pode-se compreender o processo de formação e colonização do Mato Grosso. Onde atores sintagmáticos, na figura de órgãos governamentais e empresas privadas, promoveram os programas de apropriação territorial e transformação espacial ao longo dos anos. Assim, processos de desestruturação e reestruturação são promovidos o tempo todo, desde a chegada dos primeiros bandeirantes colonizadores até os dias atuais com a inserção de grandes empresas multinacionais.

A apropriação da região que se tornou o território mato-grossense é concebida como oficial, a partir de 1719 quando recebe a primeira leva de bandeirantes oriundos da região sudeste, adentrando na região a partir do rio Coxipó, a procura de nativos e com a esperança de encontrar metais preciosos. Ao encontrar ouro nas margens do referido rio, dá-se início ao primeiro povoamento ali localizado (CAVALCANTE; COSTA, 1999).

A partir daí a concessão de sesmarias e a doação de terras, foram fundamentais para a estruturação e organização do espaço rural do Mato Grosso (SILVA, 2008), principalmente em se tratando da acumulação sob poder de famílias influentes e com estreitos laços políticos e econômicos com o Estado. Essa prática comum nas colônias portuguesas “consistia na doação de terras pertencentes à Coroa com o intuito de povoar e ocupar áreas, principalmente nas proximidades dos limites de seu território” garantindo seu domínio, bem como funcionava como

uma estratégia para “aumentar a produção destinada ao abastecimento interno e fornecimento para o mercado europeu” (OLIVEIRA, 2018, p.62).

É possível observar que ao longo de toda a história, ocupação e uso do território mato-grossense, sempre houve o predomínio de legislações, políticas e incentivos que beneficiaram os grandes estabelecimentos e as famílias tradicionais. Podemos citar como exemplo a Lei de Terras 1950, a Lei de Terras Estadual de 1892 e outras normativas pontuais, que muitas vezes priorizaram a posse e que por vezes, burlaram leis maiores (MORENO, 2007).

Conforme Lopes de Souza (1995) os territórios existem e são construídos, desconstruídos e transformados em diversas escalas espaciais e temporais. Isso, pode ser utilizado para compreender o dinamismo das transformações ocorridas no Mato Grosso. Nessa perspectiva se compreende todos os períodos econômicos, políticos e sociais vivenciados no estado.

Exemplo disso são os territórios produtivos onde imperou primeiramente o extrativismo mineral, principalmente de ouro e diamantes, em distintas áreas do território; o extrativismo vegetal nas áreas de predomínio florestal, atividade que esteve presente desde os primeiros anos até a atualidade, como é o caso da poaia² e da borracha; a pecuária dominando às porções de cerrado e pantanal; e, mais recentemente, a inserção do agronegócio, principalmente com produção de grãos e fibras.

O território em questão é um constructo social resultado de contínuas investidas territoriais e econômicas que remontam séculos de história. Assim, o Século XX é aquele no qual aconteceram as principais transformações ao estado.

Primeiramente, tentativas de arranjo espacial e integração nacional das regiões mais afastadas do Brasil passam a ter atenção especial do Governo Federal após 1930, através de incentivos que passaram a ser dados visando estimular a migração rumo à Região Centro-Oeste. Até então, o estado de Mato Grosso era uma grande porção territorial formada pelo que são hoje os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Pela proximidade da região Sudeste e da infraestrutura já disponibilizada, a região que hoje pertence ao Mato Grosso Sul passou a desenvolver uma economia e política mais dinâmicas. Enquanto o Norte, semiabandonado pelo Estado e com uma população rarefeita, minguava para sua manutenção, consumindo grandes quantidades de recursos provenientes do seu coirmão ao Sul.

Essa realidade se manteve pelo menos até a década de 1970, quando os dois estados tornaram-se independentes entre si e separam seus territórios a partir da Lei Complementar de

² Também conhecida como ipeca (*Cephalis Ipecacuanha*), é uma planta rasteira da família das rubiáceas cujas raízes têm alta concentração da emetina, um alcaloide muito utilizado na composição de diferentes medicamentos e que, por isso, foi (e ainda é) visada pela indústria farmacêutica. Dentre suas aplicações estão: a fabricação de xaropes, pastilhas, pílulas, pós-vomatório, chás e infusões. Seu ciclo de extração durou do Século XIX a meados de XX, quando passou a ser produzida em plantações (TEIXEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2018).

11/10/1977³. Foi apenas a partir de então que Mato Grosso começa a ser visto como um estado com possibilidades de ascensão e ganhar atenções do Governo Federal efetivamente.

Em concomitância, a partir das décadas de 1960 e 1970, o Governo Militar passou a estimular dezenas de novas áreas de ocupação pelo país, incluindo o Mato Grosso. Sua preocupação era povoar as áreas centrais e de fronteira garantindo a soberania nacional, ao mesmo tempo que em que expandia as possibilidades econômicas e produtivas do país. Isso pode ser observado em Lopes de Souza (1995, p.100) quando discorre que o Regime Militar “representou um exemplo cabal de complementariedade entre uma concepção tecnocrático-economicista e uma visão geopolítico-militar do desenvolvimento nacional e, nesse contexto, do papel do território”.

O direcionamento das políticas para a ocupação do território mato-grossense, passa a ser dado com incentivos fiscais e de crédito que privilegiavam a instalação de latifúndios dando os pilares para a estrutura fundiária vigente até os dias atuais. A organização desses programas de colonização se dá através da atuação conjunta de órgãos públicos como INTERMAT – Instituto de Terras do Mato Grosso e DTC – Departamento de Terras e Colonização e empresas privadas, desde a década de 1950 (PIAIA, 2003), com apoio financeiro de órgãos como o Banco da Amazônia, a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Isso vai ao encontro da concepção de Brandão (2010) quando discute que o estado tem papel fundamental para a expansão do território produtivo e que desde meados dos anos 1970 a ação estatal, sobretudo na periferia nacional, vinha reforçando seu papel estruturante do território nacional.

Buscando realizar a integração de todo o território, o Governo Militar investiu na abertura de estradas, cidades e uma gama infraestrutural no Mato Grosso, buscando integrá-lo com o restante do território nacional. Isso pode ser explicado pelo sistema territorial de Raffestin (1993) que discute a integração e coesão de territórios como forma de permitir um maior controle sobre o que pode ser distribuído, alocado e possuído, através das redes e nós hierarquicamente organizadas. Isso, juntamente a políticas posteriores, permitiu tornar o Mato Grosso o maior produtor agrícola do país através de conjuntos estruturais multiformes.

A partir da década de 1970 projetos de estímulo ao agronegócio começam a surgir no estado através da parceria estatal e da iniciativa privada, atraindo imigrantes e investidores de distintas partes do país. Através dessas populações tem início uma nova expansão da fronteira

³ BRASIL. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 out. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp31.htm>. Acesso em: ago. 2021.

agrícola, com atividades voltadas para a pecuária e agricultura na Porção Sul do estado, e ao extrativismo de minerais e madeira e pecuária ao Norte e Noroeste.

Nas décadas de seguintes a atividade que passa a predominar em grande parte do território é a pecuária bovina de corte, principalmente em áreas substituição da vegetação nativa. Com essa, expande-se ainda mais uma estrutura de terras baseada no latifúndio e grandes propriedades e com elas, a disseminação de uma política elitista e uma economia concentrada nas mãos de poucos.

Ainda que iniciado na década de 1970 com a Revolução Verde, o agronegócio da soja expande-se e passa amplamente incentivado em todo o país a partir dos anos 2000, buscando atender a uma demanda de larga escala, e em ascensão, proveniente do mercado externo. Com ela, instalam-se no estado grandes corporações que passam a alterar significativamente as relações de poder e apropriação do território, exemplificando a ocorrência de divergências dentro do mesmo espaço, uma vez que sempre haverá a ascensão de um dominante e a repressão de um dominado (ISNARD, 1978).

Percebe-se que desde o início do processo de ocupação ocorrem conflitos e disputas em maior ou menor escala, seja de poder e influência, seja de apropriação e manutenção de terras. Isso se deu, pelas diferenças de acesso às terras e as capacidades de influências de cada um dos grupos inseridos nesse território.

Com o passar do tempo, esses processos intensificam-se e transformam-se. Novos atores são inseridos e o papel que antes era desenvolvido pelas oligarquias locais, agora passam a pertencer aos grandes grupos de investidores e produtores, que por sua vez passam a manipular o jogo de relações e influenciar a construção de um território do agronegócio, a tal ponto de tornar o Mato Grosso o “Celeiro do Brasil”.

Isso pode comprovar-se pelo fato do estado ter se tornado o maior produtor de grãos do país. Pegando como exemplo a soja, grão mais produzido no estado de Mato Grosso, a produção teve um salto de 450,0 mil toneladas em 1976/77 para 28.018,60 mil toneladas na safra de 2014/15 (CONAB, 2016), enquanto na safra de 2020/21 produziu 35.947 mil toneladas (CONAB, 2021; EMBRAPA 2021). Isso demonstra a ampliação significativa da produção nas últimas décadas. Esses dados também indicam a superioridade do estado em termos de produção do grão no Brasil, uma vez que produziu 10.800 toneladas a mais que o segundo maior produtor, o Paraná (17.210,5 mil toneladas em 2014/15 e 19.872 mil toneladas em 2020/21).

Os dados da CONAB (2021) ainda indicam o Mato Grosso como sendo o maior produtor de girassol, milho e algodão do país, demonstrando seu predomínio na produção de grãos e fibras. Isso sem contar a pecuária, uma vez que dados divulgados pelo IBGE, o apontam como detentor do maior rebanho bovino do país em 2019, com aproximadamente 31,9 milhões de cabeças. Cerca de 9 milhões a mais que o segundo e o terceiro maiores produtores, Goiás e Minas Gerais (IBGE, 2021).

Essas novas estruturas produtivas que se instalam e se apropriam do território causam transformações profundas. Transformações essas que não se dão apenas nos aspectos físicos do espaço, mas também (senão principalmente) nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorrem sobre esse e afetadas pela entrada de novas estruturas físicas, financeiras e informacionais que ali ingressarão. Assim, o território se constrói e desconstrói continuamente.

Assim como discutido por Matos; Pessôa (2014), observa-se no Mato Grosso a constante redução do poder do estado a partir da ampliação das influências políticas e econômicas neoliberais, a exemplo do financiamento do agronegócio e do crédito rural hoje descentralizados no amplo setor bancário e empresas financeiras. Igualmente, cada vez mais setores estratégicos tem passado para o capital privado como as estruturas de transporte, armazenamento e distribuição.

Igualmente o rural vai se transformando. O roçado e pastagens sob o trabalho do agricultor, vai dando lugar os grandes latifúndios monocultores sob o domínio das empresas rurais. O setor primário produtor de matéria-prima e alimentos, vai mesclando-se ao secundários e transformações agroindustriais. A ciência, a tecnologia e a informação, vão fundindo-se à financeirização do agronegócio e seus territórios e suas relações de poder.

A presença de gigantes internacionais como JBS, Bunge, Bayer, Cargill, Amaggi, Monsanto e outros grupos empresariais, marcam os novos domínios do espaço rural mato-grossense e seu território. São atuantes desde a produção agropecuária propriamente dita, aos setores de insumos e maquinários, financeiro, transportes e logística, armazenamento e distribuição, sem contar suas representações nos demais segmentos da sociedade, incluindo o político.

Findando, converge-se com a ideia de Lopes de Souza (1995, p.96) de que enquanto o homem estiver interagindo com o espaço, transformando-o e valorizando através de seu trabalho, também se estará observando o território. Com isso, se reconhece ser “inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém”.

Enfim, enquanto o homem estiver presente, o território também estará presente na espacialidade social, “assim como o poder é onipresente nas relações sociais”, bem como nas relações econômicas e políticas.

Considerações finais

Vivemos em um contexto de intensos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização que marcam o dinamismo do mundo atual e das relações estabelecidas entre os agentes construtores do espaço: Estado, corporações e sociedade. É consenso entre os autores estudados, que o território é um espaço definido e delimitado a partir de sua apropriação e das relações de poder que passam a ocorrer dentro de seus limites e influenciado por aquilo que está ao seu externo.

A construção do território perpassa o estabelecimento de áreas produtivas e mercado consumidor, até permitir a manutenção das condições de reprodução social. Assim, necessariamente, o território estará presente e em constante mudança onde houver sociedade e interesses pelo domínio do espaço e de seus recursos.

O estado de Mato Grosso se construiu a partir da necessidade de proteção de fronteiras e da soberania nacional, da ocupação de uma porção despovoada do território e ociosa produtivamente. Hoje o estado pode ser reconhecido como um território do agronegócio, uma vez que as produções agrícolas e pecuárias não detêm apenas o poder econômico, mas também político através de suas representações nos poderes estatais. Ainda, salienta-se que esses atores do agronegócio representam a forte influência externa sobre o território não apenas do estado como também do país. Consequentemente as particularidades locais, como a sociedade e o meio natural, passam a sofrer cada vez mais pressões e dominações, tendo que abdicar, na maioria das vezes de seus microterritórios e territorialidades.

Referências

- BRANDÃO, C.R. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- CAVALCANTE, Else Dias de Araújo; COSTA, Maurim Rodrigues. **Mato Grosso e sua História**. Cuiabá: Edição dos autores, 1999.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries Históricas**. Brasília: CONAB, 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos>. Acesso em: jun. 2016.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim da Safra de Grãos: safra 2020/2021**. Brasília: CONAB, 2021. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/graos/boletim-da-safra-de-graos>>. Acesso em: ago. 2021.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa soja**. <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: ago. 2021.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios**. Cuiabá: Buriti, 2001.
- FUINI, Lucas Labigalini. O território e suas variantes: uma incursão pela Geografia na pós-modernidade. In: **XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)**, 2015, Havana-Cuba. Memórias do XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL). Havana-Cuba: Universidad de la Habana, 2015. v. 1. p. 1-20.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, AGB-Campinas, v.2, n.3, p. 523-545, 2012.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Tabela 3939 – Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho**. Ano 2019. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>>. Acesso em: ago. 2021.

ISNARD, H. O espaço geográfico. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano 36, 258/259, jul./dez. de 1978.

LOPES DE SOUZA, Marcelo José. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A apropriação do cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr., 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21597/14376>>. Acesso em: ago. 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.

MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

OLIVEIRA, Ana Leticia de. **Os múltiplos rurais de Cáceres-MT: em meio à aparente homogeneização, um diverso rural transparece**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.

PIAIA, Ivaneide Inês. **Geografia de Mato Grosso**. 3 ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. SP: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria Laura, **Território: Globalização e fragmentação**. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002, p. 15-20.

SILVA, Vanda da. **Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)**. 2008. 184f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

TEIXEIRA, Vagner Aniceto. **Memória Cultural e Propagação de Ipeca [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stoves] em Cáceres-MT**. 2008.58 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.